

DOI: 10.12957/transversos.2021.58423

DOMINAÇÃO E DENOMINAÇÃO: O ETNÔNIMO PEJORATIVO
“MAWIA” E MACONDES DE MOÇAMBIQUE NO TANGANYIKA COLONIAL
DOMINATION AND DENOMINATION: THE DERROGATIVE ETHNONYM
“MAWIA” AND MOZAMBIKAN MAKONDE IN COLONIAL TANGANYIKA

Felipe Barradas Correia Castro Bastos

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Brasil
felipebccbastos@gmail.com**Resumo:**

O artigo aborda o surgimento e a aplicação, a partir da segunda metade do século XIX, de um termo pejorativo utilizado para designar comunidades macondes localizadas ou provenientes de Moçambique no Tanganyika, atual Tanzânia continental. O escopo temporal abrange o emprego do termo por diferentes observadores europeus para indicar como o termo “mawia”, cuja origem antecede o período colonial, foi alçado à categoria de etnônimo e utilizado pelas autoridades alemãs e britânicas do Tanganyika. Para tanto, dá-se enfoque sobre um conjunto heterogêneo de fontes coloniais para rastrear o emprego dessa denominação com o objetivo de evidenciar os impactos negativos do colonialismo na naturalização de identidades socioculturais, e indicar a resistência de macondes de Moçambique radicados na colônia vizinha à denominação “mawia”.

Palavra-Chaves: Tanzânia/Tanganyika; Moçambique; Colonialismo; Povos macondes.

Abstract

This article approaches the creation and application of a pejorative term towards Makonde communities situated at or coming from Mozambique in Tanganyika, contemporary Tanzanian mainland. The chronological scope ranges from the mid-nineteenth century as different colonial observers deployed the term to indicate how “mawia”, whose origins predate the colonial period, became an ethnonym used by German and British colonial authorities in Tanganyika. A heterogeneous set of colonial records is analyzed in view of demonstrating colonialism’s negative impacts in the naturalization of sociocultural identities, and indicating the resistance offered by Mozambican Makonde towards the *mawia* denomination in the neighboring colony.

Keywords: Tanzania/Tanganyika; Mozambique; Colonialism; Makonde peoples.

“Por que os macondes são chamados de ‘mawia?’” [*Kwa nini Wamakonde waitwe Wamawia?*] era o título de uma carta enviada por Mwerevu Akisa ao editor do periódico tanzaniano *Mwafrika*, um dos jornais em língua suaíli de maior circulação na Tanzânia independente. Publicada em março de 1964 na seção “cartas dos leitores” [*barua za wasomaji*] do jornal, Akisa denunciou o tratamento preconceituoso sofrido por pessoas macondes de origem moçambicana na Tanzânia identificados sob a alcunha pejorativa de *mawia*, ou no plural em suaíli, *wamawia*. O termo *mawia* – cujos significados são abordados a seguir – não era empregado por macondes de Moçambique para autoafirmação identitária embora lhes fosse aplicado por comunidades vizinhas, incluindo macondes da atual Tanzânia, desde pelo menos meados do século XIX.

A carta do senhor Akisa, que a assinou expressamente como um “cidadão moçambicano” [*mwananchi wa Mozambique*], suscitou dias depois a resposta de um leitor tanzaniano defendendo que o nome *mawia* era um etnônimo apropriado porque se referiria a uma “tribo” [*kabila*] específica de Moçambique, diferente dos macondes que residiam na Tanzânia (LICHEYE, 1964). Por fim, outras cartas vieram em defesa do ponto de vista de Akisa sobre a questão da denominação de macondes de Moçambique e da Tanzânia, que não só rejeitava o termo *mawia* como afirmava que aqueles que faziam a distinção entre maconde e *mawia* “claramente desconhecem a história” [*wazi kuwa hawajui historia*] (AKISA, 1964).

Qual é, então, a história por trás da palavra *mawia*, e como ela veio a designar indivíduos e comunidades macondes de Moçambique no território vizinho? O objetivo deste artigo é identificar como um termo pejorativo foi alçado à categoria de etnônimo no Tanganyika¹ colonial para compreendermos os termos e o contexto do debate no jornal *Mwafrika*, questionando, assim, os efeitos que a denominação *mawia* trouxe para a numerosa comunidade maconde moçambicana que se radicou ou transitou pelo Tanganyika ao longo do século XX. Além disso, este estudo busca trazer contribuições a debates acadêmicos que ressaltam os efeitos perniciosos da naturalização e politização de identidades culturais africanas por intermédio do colonialismo europeu, especialmente sobre como a manutenção e/ou reformulação problemática dessas identidades no período pós-colonial engendrou conflitos sociais e políticos duradouros em várias localidades do continente (MAMDANI, 2001; 2012; GESCHIERE, 2013).

É importante frisar de antemão que há de fato diferenças linguísticas e culturais entre os povos macondes radicados nos altiplanos cruzados pelo rio Rovuma² hoje divididos entre a Tanzânia e Moçambique (HARRIES, 1940; LIEBENOW, 1971: p. 30-66; ISRAEL, 2014: p. 19-21; PAWLOWICZ, 2015: p. 13), ainda que atualmente predomine o entendimento de que uma única identidade “maconde” é compartilhada pelas comunidades de ambos os países (TAGUE, 2012: p. 44). A questão é que com o advento do colonialismo europeu na África oriental, essas diferenças culturais foram interpretadas como indicativo da existência natural e hierarquizada de dois povos distintos: na margem norte do rio Rovuma, os povos macondes habitantes do planalto de Newala e da região costeira do sudeste do Tanganyika; e ao sul do Rovuma, os bestializados

¹ O território do Tanganyika corresponde historicamente à atual porção continental da República Unida da Tanzânia, formada em 1964 após a união do Tanganyika independente com o arquipélago de Zanzibar.

² O rio Rovuma foi estabelecido como fronteira entre Moçambique colonial e o Tanganyika alemão em finais do século XIX, e seguiu como demarcação da fronteira internacional após a independência de ambos os territórios.

mawia, que ocupavam os planaltos de Mueda e Macomia num território geograficamente congênere ao dos vizinhos do norte. O argumento exposto neste artigo é que a denominação que opôs “maconde” a “mawia”, cujas origens remontam ao período pré-colonial, foi ossificada no decurso da dominação colonial e resultou na perpetuação de estereótipos depreciativos sobre macondes de proveniência moçambicana no Tanganyika. Não se trata, portanto, de desconsiderar as diferenças existentes entre os povos macondes que habitam a Tanzânia e Moçambique, mas de investigar como a interveniência colonial legou a transformação de um epíteto pejorativo num etnônimo.

O texto está dividido em duas seções. Na primeira, delinea-se brevemente o enquadramento teórico que orientou a investigação do fenómeno em discussão para, na sequência, abordar as contingências históricas que marcaram a região da África oriental desde meados do século XIX até a colonização do território do Tanganyika pelos alemães de modo a situar historicamente a origem das comunidades macondes nas terras altas margeadas pelo rio Rovuma. Para tanto, são analisados relatos produzidos pelos primeiros exploradores britânicos na região que hoje corresponde ao extremo norte de Moçambique, de um lado, e trabalhos legados observadores alemães que se transitaram pela região sudeste do Tanganyika, de outro.

Na segunda parte são abordados documentos pertinentes ao estabelecimento da “administração indireta” [*Indirect Rule*] no Tanganyika para discutir como a chegada dos britânicos efetivou a perpetuação do termo *mawia* para designar macondes de origem moçambicana na colônia vizinha. Por fim, retomam-se as cartas enviadas ao jornal *Mwafrika* entre março e abril de 1964 para demonstrar como macondes de Moçambique combateram epítetos depreciativos que lhes foram historicamente atribuídos, com ênfase sobre um ponto crucial levantado no debate: a incongruência entre os valores e significados históricos da libertação do continente africano com a continuidade da discriminação baseada em identidades étnicas.

1. Da etnogênese maconde ao advento do colonialismo alemão no Tanganyika (1860 – 1917)

O problema em torno da historicidade da denominação *mawia* perpassa a dimensão epistemológica do colonialismo – isto é, como a hegemonia europeia sobre territórios e populações não-europeias produziu conhecimentos sobre os sujeitos colonizados que, por sua vez, serviram ao propósito de governá-las (PELS, 1997; PEREIRA, 2005). Resumidamente, trata-se do poder tanto descritivo como prescritivo exercido por quem narrou as diferenças entre colonizador e colonizado de maneira hierarquizada (THIONG’O, 2012: p. 38). Nesse âmbito, o estudo da

interveniência de administradores coloniais na delimitação de identidades culturais “nativas” – fenômeno produtor do termo “*mawia*” enquanto etnônimo utilizado no Tanganyika – deve ser empiricamente validado por meio da investigação diacrônica do significado dessas identidades, com especial atenção ao contexto histórico em que foram atribuídas, apropriadas e/ou rejeitadas (COOPER, 2005: p. 23; DE L’ESTOILE, 2008: p. 272). Afinal “a única constante”, como concluiu Adam Kuper sobre a produção histórica da figura do nativo e de seu suposto primitivismo, é que “identidades coletivas de todos os povos colonizados foram sujeitadas a diversas pressões e quase nunca permaneceram estáveis ao longo do tempo” (KUPER, 2005: p. 206).³ Ao subscrevermo-nos ao imperativo de analisar o caráter histórico da produção de diferenças culturais, torna-se necessário indagar o processo pelo qual exploradores e administradores europeus no Tanganyika se depararam com um termo que expressava preconceitos etnocêntricos a respeito de determinado grupo social originário da colônia vizinha – os macondes de Moçambique – e agiram no sentido de se fazer conhecer este grupo por um nome que lhe era ofensivo.

O que significa, então, a palavra *mawia*? O termo é proveniente da língua maconde falada na atual Tanzânia e foi traduzido de diversas formas no seguinte campo semântico: “irascível” (ISRAEL, op. cit. p. 20); “colérico” (LARANJEIRA, 2012: p. 9); “feroz” (LIEBENOW, op. cit. p. 30); “violento” (WEST, 1997: p. 28), não sendo, portanto, “nome de povo, nem de família, nem de região”, mas “uma espécie de alcunha” atribuída aos macondes de Moçambique pelos macondes do Tanganyika (DIAS, 1998: p. 65). Situar a origem do termo nas comunidades que habitavam a região ao norte do rio Rovuma é fundamental para compreender como o nome *mawia* não foi empregado pelos portugueses em Moçambique (LIESEGANG, 2006: p. 1), em contraposição ao uso oficial dado a essa denominação pelos alemães e britânicos no Tanganyika. O comportamento belicista por trás do significado do termo está intimamente ligado às turbulentas circunstâncias socioeconômicas do século XIX na África oriental, que vivenciou um recrudescimento do tráfico de escravos para atender à demanda de colônias insulares no Oceano Índico e além (ALPERS, 1969; 1975). Ademais, a região foi fortemente impactada pelas migrações em massa decorrentes do *Mfecane* na África austral, enquanto outros agravantes

³ Neste artigo, todas as citações textuais oriundas de passagens em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor e estão acompanhadas do trecho original em notas de rodapé ao final da citação. No original: “The only constant is that local ways of life and group identities of all colonised peoples have been subjected to a variety of pressures, and they have seldom, if ever, remained stable over the long term”.

consistiram no que ficou conhecido dentre grupos maconde na Tanzânia por *lumaja*, períodos de seca severa e fome que assolaram o vale do rio Rovuma (KANUWA, 2003: p. 27).

Diante desse contexto histórico profundamente hostil, várias comunidades africanas se deslocaram em direção às terras altas ao redor dos atuais planaltos de Newala e Mueda criando assentamentos fortificados e cultivando um isolacionismo defensivo, ainda que o processo de povoamento desses planaltos tenha ocorrido por vias diferentes ao norte e ao sul do Rovuma (DIAS, op. cit. p. 90-99). De qualquer forma, foi justamente neste processo que se insere a origem do termo “maconde”: uma denominação geográfica que pode fazer referência tanto ao tipo de vegetação densa cultivada nesses planaltos como à fertilidade de seu solo (DIAS, op. cit. p. 63-64; LIEBENOW, op. cit. p. 31; WEST, 1997: p. 31; ISRAEL, op. cit. p. 49). Sobre a vegetação do planalto eram empregadas técnicas de cultivo e pousio que incrementavam a capacidade defensiva dos assentamentos por tornar o mato no entorno dos vilarejos virtualmente impenetrável (DIAS, op. cit. p. 23; GILLMAN, 1945: p. 4).⁴

Portanto, longe de constituir uma comunidade etnicamente homogênea e estanque, a identidade “maconde” foi produzida ao longo do século XIX de modo a se tornar atribuível a todos aqueles que buscassem refúgio em vilas fortificadas nos planaltos entrecortados pelo rio Rovuma (WEST, 1997: p. 31; ISRAEL, op. cit. p. 49-50; MEDEIROS, 1997: p. 62; DIAS, op. cit. p. 85-86), ou ainda, a pessoas incorporadas a grupos matrilineares [*likola*, pl. *makola*] de sociedades do planalto por meio de raptos. Este último ponto é de grande importância: a etnogênese das sociedades que vieram a se chamar de macondes não comporta binarismos que oponham “vítimas” a “algozes” (WEST, 2004). As razias promovidas pelas próprias sociedades que haviam subido os planaltos em busca de proteção, bem como sua participação no comércio costeiro de escravizados, devem ser interpretadas enquanto estratégias de sobrevivência em maio a um contexto histórico violentamente caótico marcado pelo medo constante (WEST, 1997: p. 68-70).

⁴ H. Gillman, o oficial do Departamento Agrônômico [*Agricultural Office*] do Tanganyika britânico que preparou um relatório intitulado “Pousio no Planalto Maconde” [*Bush Fallowing on the Makonde Plateau*] em 1945, se negou a reconhecer a agência dos macondes em desenvolver suas próprias técnicas para assegurar a produtividade de suas terras preferindo, ao invés disso, assumir que essas técnicas haviam sido desenvolvidas “certamente de forma inconsciente” [*unconsciously, no doubt*]. Vide: GILLMAN, 1945, p. 6. O antropólogo português Jorge Dias, por sua vez, compartilhou parcialmente dessa premissa equivocada ao alegar que técnicas agrícolas macondes não teriam se originado “por racionalização” (DIAS, 1998: p. 101-103).

Esse processo de etnogênese foi documentado na ocasião da passagem de emissários e missionários britânicos pela região do vale do rio Rovuma e suas adjacências durante as décadas que antecederam à ocupação alemã da atual Tanzânia continental.⁵ Um dos primeiros viajantes a mencionar o nome *mawia* foi o missionário Edward Livingstone em seu diário de viagem na data de 14 de setembro de 1862 (SHEPPERSON, 1965: p. 67; WEST, 2004: p. 25). Livingstone parece ter inaugurado uma tendência que, como veremos a seguir, perpassou quase todas as descrições posteriores feitas por britânicos e alemães sobre macondes de Moçambique: a perspectiva comparativa com os macondes ao norte do Rovuma. Num despacho enviado ao ministro das relações exteriores britânico, Livingstone escreveu que “mais à montante [do rio Rovuma] temos a tribo nativa Makonde no norte e a Mabiha no sul. A principal diferença entre ambas é que tanto os homens como as mulheres Mabiha usam o horroroso botoque labial” (op. cit. p. 161).⁶ Aqui é possível observar um aspecto fundamental nos relatos europeus: as diferenças que supostamente qualificavam macondes de Moçambique a receber o epíteto de *mawia* em oposição aos macondes do Tanganyika eram superficiais, como é observável nos escritos de vários exploradores subsequentes.

Um dos mais enérgicos desses exploradores foi o cônsul britânico em Moçambique, Henry Edward O’Neill, que entre 1879 e 1885 realizou doze expedições pela região entre os rios Zambeze e Rovuma (PALMER & NEWITT, 2016: p. 38-46). Em finais de 1882, O’Neill foi o primeiro europeu a visitar as terras habitadas por macondes em Moçambique, assim figurando dentre os principais responsáveis por difundir o termo *mawia* perante os britânicos e, ao ser lido pelos alemães, também no Tanganyika colonial. No entanto, o relato de O’Neill – exemplarmente analisado por Harry West (2004) – refletiu precisamente sobre a superficialidade das diferenças entre os ditos *mawia* e os povos vizinhos: “não consigo definir nada que os distingam das tribos

⁵ É importante ressaltar que um dos indícios mais antigos acerca da grafia de “maconde” pode ser encontrado nos diários de viagem do explorador português Silva Porto na data de 1854, mas não constam em suas anotações a palavra “mawia” ou similares. Silva Porto não visitou pessoalmente a região do rio Rovuma, mas pombeiros sob seu comando que o fizeram relataram-lhe oralmente informações sobre a viagem as quais, por sua vez, Silva Porto registrou em seus cadernos. Para as passagens descritivas sobre os macondes, vide: PORTO, António Francisco Ferreira da Silva. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África*, 2º Volume, p. 7-9. BPMP [Biblioteca Pública Municipal do Porto]. Ms. 1236. (20/07/1854-28/07-1854). Para saber mais sobre o contexto de realização e registro dessa viagem, vide: GONÇALVES, 2021: p. 234-252.

⁶ “Further up we have the native tribe Makonde on the North and Mabiha on the South. The chief difference between the two is that the Mabiha men as well as women wear the hideous lip ring”.

africanas vizinhas”, exceto, “é claro, a peculiaridade [...] que tanto homens como mulheres usam o *ndona* ou *pelele*, o botoque labial” (O’NEILL, 1883: p. 400).⁷

Retornaremos mais adiante ao uso dos botoques, pois eles foram elencados no debate do jornal *Mwafrika* em 1964 como justificativa da existência “natural” dos *mawia* enquanto tribo. Por ora, é importante ressaltar uma característica comum aos relatos de viajantes britânicos deste período: a resistência de seus guias africanos à ideia de entrar em contato com macondes de Moçambique. Enquanto o missionário Chauncy Maples foi totalmente dissuadido de visitar o planalto por seus guias na mesma década de 1880, O’Neill o fez após ter sido avisado de que os habitantes do planalto eram “completamente selvagens” [*washenzi kabisa*] (WEST, 2004: p. 21). A aversão desses guias em percorrer o planalto nos fornece uma chave para entender como o termo pejorativo *mawia* foi incorporado às primeiras impressões dos europeus. As caravanas expedicionárias usadas na exploração do interior da África oriental nesse período eram organizadas a partir da costa rumo ao interior e eram, portanto, majoritariamente compostas por carregadores e guias islâmicos. Essa tendência influenciou significativamente a maneira como as diferenças entre macondes divididos pelo Rovuma foram interpretadas porque os macondes no Tanganyika foram mais receptivos à fé islâmica – sobretudo a partir dos primeiros anos do século XX (BECKER, 2008: p. 53 – 82; LIEBENOW, op. cit. p. 78) – ao passo que muitos macondes em Moçambique rejeitaram-na abertamente até que a tardia ocupação portuguesa do planalto de Mueda, na década de 1920, abrisse caminho para o proselitismo cristão.

Paolo Israel argumentou precisamente que a negação de práticas culturais associadas ao islã, como o abandono da escarificação corporal e do consumo de carne *haramu* que caracterizariam africanos barbarizados em oposição aos islamizados, foram constitutivas da etnicidade maconde em Moçambique no período pré-colonial (ISRAEL, 2014: p. 50 – 51).⁸ Nesse sentido, é revelador o relato de um dos primeiros expedicionários alemães a percorrer a região sudeste do Tanganyika, Hugold von Behr, em 1893. Tenente das forças armadas coloniais

⁷ “I can fix upon nothing to distinguish them from neighbouring African tribes. Saving, of course, the one peculiarity already pointed out by Mr. Thomson, that the men as well as the women wear the *ndona*, or *pelele*, or lip-ring”. Grifos no original.

⁸ A oposição de islâmicos ao consumo de carne *haramu* dentre os macondes, tal como dos tão apreciados ratos do mato e outros animais silvestres, permanece atual (ISRAEL, 2014: p. 133). Para outros exemplos, vide: DIAS, 1998, p. 125 et passim. Para uma análise sobre a “cultura de expressividade” maconde e suas relações com as práticas de mutilação dentária e escarificação corporal, vide: ROSEIRO, 2013.

[Schutztruppe], von Behr visitou o planalto dos macondes no Tanganyika [Makondeplateau] e relatou que:

[...] não há quase nenhum animal quadrúpede cuja carne não seja considerada comestível por eles. Uma vez, quando passamos por uma vila maconde, vimos uma dúzia de pequenos lagartos espetados assando ao fogo. Essa comida um tanto estranha provocou uma verdadeira repulsa entre meus carregadores de Zanzibar (BEHR, 1893: p. 78).⁹

O relato de Behr nos permite entrever como a perspectiva dos colonizadores no encontro com povos macondes no Tanganyika foi matizada pelo que africanos islâmicos da região costeira consideravam como costumes deploráveis por parte de povos do interior na virada do século XIX ao XX. Além disso, Behr foi enfático em situar os macondes de Moçambique um degrau abaixo numa escala de selvageria:

Ao sul do Rovuma, numa área muito similar à do planalto dos macondes embora substancialmente maior, vivem os *wawia* [sic], uma das tribos mais selvagens e incivilizadas da África oriental. Nenhum europeu conseguiu explorá-la ainda, e só recebemos algumas notícias na forma de rumores sobre essa terra e seus habitantes. Os *wawia* são mais proximamente relacionados aos *wakonde* [sic], tendo pouco em comum com seus vizinhos ao sul e oeste, os *wakua*. [...] Ambos os sexos usam o *pelele* [...]. Eles timidamente evitam quaisquer estrangeiros de tal forma que nem os portugueses [...] conseguiram estabelecer relações comerciais com eles (BEHR, op. cit. p. 80, grifos acrescidos).¹⁰

Apesar de afirmar erroneamente que nenhum europeu havia transitado por aquelas terras - como vimos, O'Neill o havia feito alguns anos antes - e registrar equivocadamente o nome maconde como *konde*,¹¹ nesta passagem é possível observar uma denominação recorrente ao longo da colonização do Tanganyika: a caracterização geográfica do “Planalto dos macondes” no sul daquela colônia como congênere do “Planalto dos mawia” em Moçambique. Essa correlação entre os planaltos, bem como a subsequente comparação entre os povos que habitavam cada planalto, foi reforçada pouco depois da visita de Hugold von Behr com a viagem do primeiro geólogo comissionado pelo governo colonial para liderar uma expedição para prospecção de

⁹ No original: “es giebt auch kaum ein vierfüßiges Thier, dessen Fleisch sie nicht für geniessbar hielten. Beim Passiren eines Wakonedorfes sahen wir einst ein ganzes Dutzend kleiner Eidechsen am Feuer zum Braten aufgespiesst. Dieses allerdings etwas merkwürdige Gericht erregte bei meinen Sansibarträgern einen wahren Abscheu”.

¹⁰ “Südlich des Rovuma, auf einem dem Wakondeplateau sehr ähnlichen, an Ausdehnung jedoch erheblich grösseren Gebiet, wohnen die Wawia, einer der wildesten und unzivilisirtesten [sic] Stämme Ostafrikas. Bisher ist es noch keinem Europäer gelungen, dieses Gebiet zu erforschen, und nur gerüchtweise sind einige Nachrichten über dies merkwürdige Land und seine Bewohner zu uns gedrungen. Die Wawia sind am nächsten den Wakonde verwandt; mit ihren südlichen und westlichen Nachbarn, den Wakua, haben sie nur wenig gemein. [...] Beide Geschlechter tragen das Pelebe; [...] Scheu weichen sie jedem Fremden aus, so dass es selbst den Portugiesen, [...] bisher nicht gelungen ist, mit ihnen in Handelsbeziehungen zu treten”.

¹¹ Este erro é provavelmente decorrente de uma confusão com os prefixos em suaíli que denotam indivíduos e pessoas [*m-* no singular, *wa-* no plural] por parte de von Behr. Em vez da grafia correta de *mmakonde* para um indivíduo maconde e *wamakonde* para o povo maconde, von Behr suprimiu por completo a primeira sílaba e adicionou, em seu lugar, o prefixo para denotar o plural [*wa-*].

carvão no sul do Tanganyika em 1894. Segundo os cadernos do geólogo Lieder parcialmente republicados num periódico colonialista em 1897, o rio Rovuma era o responsável por delimitar o planalto dos macondes [Makondeplateau] em território alemão de sua “continuação meridional” [südlichen Fortsetzung], o “planalto dos *mawia*” [Maviaplateau] (DANCKELMAN, 1897: p. 117).

Se as semelhanças geográficas entre as terras altas habitadas por macondes e os ditos *mawia* eram inequívocas para o geólogo, as características e definições em torno de seus habitantes, por outro lado, eram ambíguas e imersas em desconhecimento. Lieder reconheceu que tudo o que então se sabia sobre os *mawia*, que chamou de “vizinhos tribais” [Stammesnachbarn] dos macondes, era devido a O’Neill. Ademais, as semelhanças entre ambos os povos eram tão grandes “que as populações costeiras da baía de Tungi e do Ibo consideram-nas como uma única tribo; com a tendência isolacionista dos *mawia* em suas vilas totalmente escondidas ainda mais desenvolvida que entre os maconde” (ibid. p. 125, grifo acrescido).¹² A mesma ignorância foi manifestada por Friedrich Fülleborn, médico da *Schutztruppe* que acompanhou expedições pelo Tanganyika. Indeciso acerca da (in)definição dos grupos maconde em relação a seus “familiares tribais” [Stammverwandt] *mawia* em território português, Fülleborn optou por abordá-los principalmente de forma conjunta (ligando-os por um hífen) em seus estudos de antropologia física, à exceção do uso dos referidos botoques labiais (FÜLLEBORN, 1906: p. 73-102). Em outro exemplo, o missionário P. Adams também enveredou pelo caminho de separar macondes de *mawia* em razão do uso de adereços faciais apesar de aparentarem ser de uma mesma “família tribal” [Stammesverwandten] (ADAMS, 1902: p. 37-42). Torna-se claro, portanto, que na virada do século XIX para o XX os europeus que transitaram pela região do rio Rovuma com o auxílio de guias africanos da região costeira se depararam com as comunidades macondes separadas pela fronteira colonial e repararam na existência de diferenças superficiais entre elas, mas se basearam nessas diferenças para denominar os macondes de Moçambique como *mawia* apesar dos indícios de que esse nome não lhes era aplicado em Moçambique.

Não obstante os esforços de militares, médicos, geólogos e missionários em coletar essas informações etnográficas, administradores alemães no Tanganyika estavam cada vez mais sequiosos de estudos etnológicos feitos por pessoas que reputavam ser mais bem qualificadas para

¹² No original: “In Sitten und Gebräuchen sind die Mavia den Makonde so nahe verwandt, dass von der Küstenbevölkerung von Ibo- und Tungibai die Makonde und Mavia als ein Stamm betrachtet werden; bei den Mavia ist der Hang für die Abgeschlossenheit ihrer ganz versteckt liegenden Dörfer noch mehr ausgebildet als bei den Makonde”.

o trabalho – antropólogos – para sanar as dúvidas que abundavam sobre os povos sob seu domínio. Em 1900, Hans Zache, o administrador provincial [*Bezirksamtmann*] para a região sul do Tanganyika, clamava a seus superiores em Dar es Salaam por um maior controle sobre as populações na região de fronteira com Moçambique – controle que dependia da coleta de dados e inteligência sobre elas (ZIMMERMAN, 2006: p. 439-441). A questão se tornou absolutamente imperativa aos alemães com a deflagração da revolta Maji Maji em 1905, ao ponto de um antropólogo recém-chegado em Dar es Salaam em 1906 ser cooptado pela mais alta autoridade residente no Tanganyika para mudar radicalmente seu projeto de pesquisa. O governador Gustav Graf von Götzen explicou ao antropólogo Karl Weule que seus esforços seriam muito mais bem aproveitados pela administração colonial caso ele mudasse seu trabalho de campo para estudar os usos e costumes dos povos na fronteira com Moçambique em vez de ir ao norte do Tanganyika coletar artigos para seu museu em Leipzig, como havia planejado antes de deixar a Alemanha (ibid. p. 447).

Indissociavelmente ligada a esforços de contra-insurgência do governo alemão, a expedição etnográfica de Weule teve por principal objeto de estudos os macondes do Tanganyika, mas em sua etnografia Weule lamenta não poder ter podido estudar mais profundamente seus congêneres de Moçambique. Ao discorrer sobre o uso de botoques labiais entre os maconde, Weule concedeu que:

[...] os habitantes das terras altas macondes e do vale do Rovuma são intimamente relacionados aos *Mawia* do norte da África Oriental Portuguesa. Infelizmente eu não consegui me encontrar com representantes dessa *tribo predatória, selvagem e portanto muito temida*; mas ainda não foi contradita a informação do geólogo Lieder de que entre os *Mawia* ambos os sexos desfiguram os lábios com uma cavilha (WEULE, 1908: p. 81, grifos acrescidos).¹³

Noutra passagem de sua etnografia, Weule retomou esse ressentimento ao escrever sobre as fortificações de um posto administrativo [*boma*] próximo do Rovuma que visitou em outubro de 1906:

As fortificações são dirigidas primeiramente contra ele [o régulo Yao Machemba] e em segundo lugar contra os *Mawia*. Eu tenho que admitir que, em nome de um interesse científico, eu teria gostado muito de ter tido contato com *esse povo ainda totalmente desconhecido*, mas eu não obtive sucesso; eles hoje raramente vêm à margem esquerda do rio Rovuma. Antigamente e até muito pouco tempo atrás isso era diferente, quando

¹³ “[...] verwandtschaftlich hängen die Bewohner des Makondehochlandes und des Rowumatales aufs engste mit den *Mawia* im nördlichen Portugiesisch-Ostafrika zusammen. Auch mir ist es leider nicht geglückt, Vertreter dieses räuberischen, wilden und darum überall stark gefürchteten Volksstammes zu Gesicht zu bekommen; aber noch immer ist die Nachricht des Geologen Lieder unwidersprochen geblieben, nach der bei den *Mawia* tatsächlich beide Geschlechter die Lippen durch je einen Pflock verunstalten”.

então esse povo via pilhar e roubar tudo e onde pudessem como seu direito natural (ibid. p. 125, grifos acrescidos).¹⁴

Os esforços de Weule se provaram infrutíferos para coletar mais informações sobre os então desconhecidos macondes de Moçambique, mas como demonstram esses trechos, isso não o impediu de proferir toda sorte de julgamentos depreciativos sobre “os sinistros Mawia” [*der bösen Mawia*] (ibid. p. 142) em sua obra. Assim, temos que o adágio atemporal de que o preconceito se alimenta da ignorância encontra forte correspondência nas fontes coloniais alemãs. A afirmação recorrente de que os *mawia* eram um povo “sobre os quais quase nada se sabe” [*von ihnen weiß man so gut wie nichts*] (ibid. p. 111) contrasta com a certeza de Weule que a denominação pejorativa lhes era apropriada, e seus escritos etnográficos contribuíram sobremaneira com a literatura colonialista que os havia denominado como tal. Como veremos a seguir, essas obras foram postas à disposição dos ocupantes britânicos após a tomada do Tanganyika no fim da Primeira Guerra Mundial quando confrontados com a missão de identificar, empossar e supervisionar “chefes nativos” em suas jurisdições.

2. O Tanganyika britânico e os fluxos migratórios de macondes de Moçambique: a oficialização do etnônimo *mawia* e sua contestação pós-colonial (1925 – 1964)

A chegada de Sir Donald Cameron em Dar es Salaam para se tornar o segundo governador do Tanganyika britânico em 1925 foi seguida de medidas enérgicas para implementar o modelo de “administração indireta” [*Indirect Rule*] na colônia. Cameron exigiu celeridade de seus subordinados que manejavam os postos administrativos por todo o interior na identificação e estabelecimento de “autoridades nativas” [*Native Authorities*] que pudessem ser postas a serviço do domínio britânico. Esse processo multifacetado teve profundos significados para a criação de identidades políticas e culturais no Tanganyika, uma vez que a categoria “tribo” foi profundamente manipulada para servir a propósitos administrativos (ILIFFE, 1979: p. 318-341). Na raiz do problema estava realizar a identificação inequívoca de uma “tribo”, delimitar sua circunscrição e, especialmente, definir quais “nativos” detinham “tradicionalmente” a legitimidade para governá-la.

¹⁴ “Gegen ihn richtet sich die Befestigungsanlage in erster Linie, in zweiter gegen die Mawia. Ich muß gestehen, ich hätte aus wissenschaftlichem Interesse sehr gern eine Berührung mit diesem noch ganz unbekanntem Volke gehabt, aber das ist mir nicht geglückt; sie kommen jetzt auch gar zu selten noch aufs linke Rowumaufer herüber. In früherer Zeit und noch bis vor kurzem ist dem allerdings anders gewesen; da hat dieses Volk es als sein natürliches Recht betrachtet, auf dem deutschen Gebiet zu rauben und zu stehlen, was und wo es konnte”.

A resolução desses problemas ficou encarregada aos cartógrafos da nova geografia política na linha de frente do Tanganyika britânico: os oficiais distritais [*District Officers*] das localidades no interior. Seus esforços para identificar e empossar as ditas “autoridades tradicionais” de seus distritos culminaram no final da década de 1920 no preparo de compilações documentais chamados de “livros distritais” [*District Books*] e, no nível administrativo superior, “livros provinciais” [*Province Books*], produzindo o que foi chamado de “etnografia administrativa” (PELS, 2011: p. 790-792). Esses livros consistiam na sistematização de informações tidas como indispensáveis para a administração de cada região – desde dados hidrográficos, rodoviários até os usos e costumes “tribais” – e contêm registros historicamente valiosos sobre o funcionamento do colonialismo britânico no Tanganyika (NASSOR, 1977).

Foi precisamente por meio do exercício das prerrogativas voltadas ao estabelecimento das “autoridades nativas” que foram registrados nesses documentos dados que nos permitem entender como os oficiais britânicos se depararam com a categoria *mawia*. De maneira geral, a leitura desses registros indica que a indefinição que pairava sobre os observadores alemães acerca da definição de *mawia* e “maconde” permaneceu em vigor, o que pode ser parcialmente atribuído ao fato de que os ocupantes britânicos fizeram amplo uso das obras escritas por seus predecessores. Por exemplo, no livro disponível nos gabinetes do governo provincial em Lindi há referências ao trabalho de Fülleborn, para além de constar que “acredita-se que os *mawia* sejam provavelmente um ramo dos Matambwe” (TURNBULL, 1928a: p. 1);¹⁵ mas outra passagem compilada no mesmo livro pelo mesmo administrador situa os *mawia*, os matambwe e outros grupos como todos pertencentes à “tribo maconde” (TURNBULL, 1928b: p. 2). Os livros distritais de Mikindani e Lindi, por sua vez, citam extensivamente a tradução à língua inglesa dos relatos de viagem de Karl Weule para se referir aos macondes do Tanganyika (FRYER, 1928; BARNES, 1931). Noutros casos, a grafia de “Mawiha” aparece apenas como referência geográfica ao planalto em território português, sem menção a *mawia* enquanto “tribo” (TANGANYIKA, s/d).

Os livros distritais são geralmente mais bem detalhados que os livros das esferas superiores, mas os livros distritais de Newala – circunscrição que correspondia ao chamado “Planalto dos Macondes” no Tanganyika – se destacaram de tal forma que seu preparo foi elogiado pelo próprio governador Cameron (LIEBENOW, op. cit. p. 120 – 121). Em livros

¹⁵ “The Mawia, believed to be a possible offshoot of the Matambwe”.

distritais há ao menos duas ocasiões em que administradores britânicos buscaram definir o significado da palavra *mawia* para além de assumi-la prontamente como um etnônimo, o que marca uma diferença importante com relação aos relatos alemães. O oficial R. S. Hickson-Mahony, que compilou a seção de “história tribal” do livro distrital de Mikindani em 1929, escreveu que:

Deve ser lembrado que ‘Makonde’ é um nome de lugar usado por todos os nativos para descrever o tipo de matagal encontrado no planalto. [...] Diretamente ao sul do Rovuma nós temos os ‘Wa-Mawia’. ‘Mawia’ significa dócil, reservado, pacífico. Mas os wa-Mawia não gostam do nome, e se referem a si mesmos como wa-Makonde, porque seu território é do tipo ‘makonde’. Sua língua é entendida pelo povo de Newala. [...] o exposto acima parece indicar à conclusão que: (i) os Wamakonde [...] são também aparentados dos Wamawia, que vieram da mesma direção” (HICKSON-MAHONY, 1929: p. 1, grifos acrescidos).¹⁶

Esse relato é surpreendente por escalar justamente os antônimos do significado historicamente atribuído à palavra *mawia*. Talvez jamais saibamos ao certo se Hickson-Mahony simplesmente se equivocou ou se foi deliberadamente desinformado por seus informantes – dentre os quais é certamente plausível que tenha havido macondes de Moçambique. De qualquer forma, este registro demonstra que administradores britânicos alocados na fronteira tiveram ao menos a possibilidade de questionar que a denominação *mawia* não era apreciada pelos macondes d’além Rovuma, ainda que a maioria dos oficiais distritais ignorasse ou se desinteressasse pela questão e tenha meramente reproduzido o termo.

O segundo administrador a relatar que os macondes de Moçambique não gostavam de ser chamados de *mawia* foi J. W. Large, o oficial responsável pelo distrito de Newala de 1927 a 1936 (LARGE, s/d). Ao compilar os dados referentes à “história tribal” dos macondes de seu distrito, Large discorreu sobre os ditos *mawia*:

Wamawia. Estes são os principais habitantes do planalto ao sul do Rovuma, oposto ao planalto de Newala. Não foi possível coletar mais que indicações gerais sobre sua origem. Muitos de seus costumes são diferentes dos Wa-Makonde, mas muitos são similares. Inflexões linguísticas variam, mas o nome de palavras comuns como cabana, fogo, rio, milho, noivado, são idênticas em Kimakonde e Kimawia.¹⁷ As cerimônias de iniciação são quase idênticas, e a palavra ‘Likumbi’ é a principal em ambos os casos. O nome ‘Wa-mawia’ é Kimakonde e significa muito truculento, agressivo e assassino, porque os Makonde de Newala sempre consideraram perigoso atravessar o Rovuma no passado. Os

¹⁶ “It should be remembered that ‘Makonde’ is a place name, used by all the natives to describe the type of thick bush country found on the plateau. [...] Directly south of the Rovuma we have the ‘Wa-Mawia’. ‘Mawia’ means tractable, retiring, unwarlike. But the wa-Mawia do not like the name, and refer to themselves as wa-Makonde, for their country is of the ‘makonde’ type. Their language is understood by the Newala people, and Mmakonde. [...] the above points seem to lead to the conclusion that: (i) The Wamakonde [...] are also akin to the Wamawia, who also came from the same direction”.

¹⁷ “Ki” na língua suaili corresponde ao prefixo que denota línguas ou maneiras de ser. Nesse sentido, “Kimakonde” e “Kimawia” significam respectivamente “língua maconde” e “língua mawia”.

Wamawia, especialmente mais ao sul do Rovuma, chamam-se de Wamakonde, e chamam sua terra de Makonde. [...] Inflexões linguísticas que causam confusão entre essas tribos e algumas diferenças de costume não parecem ser suficientemente robustas para destruir a hipótese de que Wa-Makonde, Wa-mawia e Wa-Matambwe tiveram a mesma origem (LARGE, 1928-1929: p. 5 – 6, grifos acrescidos).¹⁸

A narrativa de Large se destaca também por situar a questão da denominação em termos históricos: *antigamente*, macondes do Tanganyika temiam transitar pelas terras ao sul do Rovuma. Isso encontra respaldo na conduta dos referidos guias dos emissários britânicos meio século antes, e como abordamos acima, no contexto violentamente caótico que marcou o norte de Moçambique durante o século XIX, no qual transeuntes podiam ser capturados pelas sociedades do planalto ou serem vendidos às caravanas escravistas, senão ambos.

Paralelamente à implantação do *Indirect Rule* no Tanganyika entre as décadas de 1920 e 1930 se deu a migração laboral de macondes de Moçambique para a África oriental britânica, num fenômeno que se avolumou substancialmente em meados do século XX parcialmente em resposta à enorme demanda por mão de obra da indústria sisaleira do Tanganyika e também em decorrência dos inúmeros abusos cometidos pelos portugueses em Moçambique. Um dos estudos mais detalhados sobre esse fenômeno foi realizado por Edward Alpers (1983) e nos fornece elementos para discutir como a identificação pejorativa foi alçada oficialmente à categoria de etnônimo ao ser empregada nos censos demográficos de 1948 e 1957. Conforme relatou Alpers, em 1948 foram contados 27.489 *mawia* no Tanganyika, com 19.906 em 1957. A discrepância entre os dois censos é crucial: dado que o fluxo migratório entre Moçambique e o Tanganyika cresceu significativamente nesse período, a queda expressiva de mais de 25% na contagem de *mawia* só pode ser explicada pela recalcitrância de macondes de Moçambique em serem classificados pelos recenseadores por esse nome.

Os livros distritais nos fornecem indícios para aventar uma hipótese que suplementa a análise de Alpers: se os macondes de Moçambique desgostavam do nome *mawia* de maneira generalizada, aqueles que se encontravam empregados nas lavouras de sisal tinham menos

¹⁸ “Wamawia. These are the main inhabitants of the plateau south of the Ruvuma opposite the Newala plateau. It has not been possible to collect more than general indications of their origin. Many of the customs are different from those of the Wa-Makonde, but many are similar. Language inflections vary, but the name of the common words like hut, fire, river, maize, betrothal, are identical in Kimakonde and Kimawia. The initiation ceremonies are almost identical, and the word ‘Likumbi’ is the principal one in both cases. The name of ‘Wa-mawia’ is Kimakonde and means very truculent, aggressive, and murderous, for the Makonde of Newala always considered it dangerous in former days to cross the Ruvuma. The Wamawia, especially further south of the Ruvuma, call themselves Wamakonde, and call their country Makonde. [...] Inflexions of language which cause confusion between these tribes, and some differences which are found in customs do not appear to be sufficiently weighty to destroy the hypothesis that Wa-Makonde, Wa-mawia and Wa-Matambwe were of one stock”.

chances de evitar que o nome lhes fosse atribuído nos censos. A hipótese implica em reconhecer que as famílias macondes de Moçambique que se reassentaram nas zonas rurais das províncias do sul do Tanganyika seriam mais dificilmente identificadas como *mawia*, ao contrário dos que residiam nas plantações de sisal, onde essa classificação era extremamente difundida (JERRARD, 1936: p. 16; ORDE-BROWNE, 1946: p. 51; TANGANYIKA, 1951: p. 20; GUILLEBAUD, 1958: p. 66). No segundo volume do livro distrital de Lindi, por exemplo, consta um detalhamento datilografado do censo de 1948 para a população africana no distrito onde constam pelo menos 12 plantações de sisal que, somadas, empregavam e abrigavam mais de nove mil pessoas (O'CALLAGHAN, 1950). No entanto, não há informações sobre como esses indivíduos foram classificados nas “tribos” arroladas no censo de 1948 porque não foi feita a separação e consolidação dos dados referentes à contagem por “tribo” em cada região à época (TANGANYIKA, 1963: p. 44). Com os dados regionais para o censo de 1957 disponíveis, foram contados 49.064 macondes e 5.132 *mawia* em Lindi (O'CALLAGHAN, op. cit. p. 2.), sendo plausível considerar que a maior parte dos *mawia* registrados residia nas plantações. Em contrapartida, não consta nenhum *mawia* no censo de 1948 para o distrito de Newala, circunscrição praticamente desprovida de plantações de sisal e que concentrava a maior parte dos macondes no Tanganyika (TANGANYIKA, 1948).

Ainda que careça de mais estudos, a hipótese encontra respaldo na literatura. Censos coloniais britânicos anteriores analisados por Barry Neil-Tomlinson indicam que a população maconde no Tanganyika quase dobrou entre 1921 e 1931 por conta da fuga em massa de macondes promovida pelas medidas tirânicas da Companhia do Niassa em Moçambique após a ocupação definitiva do planalto de Mueda (NEIL-TOMLINSON, 1977: p. 125). Além disso, Liebenow indicou que muitos dos macondes registrados no censo de 1957 eram na verdade macondes de Moçambique (op. cit. p. 157) ao passo que muitos dos trabalhadores recrutados em Newala vinham de Moçambique “embora fossem tratados estatisticamente como nativos” (WEST, 1997: p. 105).¹⁹

Portanto, apesar de ter servido para finalidades classificatórias e ter encontrado usos oficiais no Tanganyika britânico, o etnônimo pejorativo *mawia* permaneceu elusivo e envolto em ambiguidades ao longo dos períodos coloniais alemão e britânico, afetando particularmente os macondes de Moçambique que trabalharam no cultivo do sisal. Porém, o fortalecimento de

¹⁹ “[...] were in fact from Mozambique, despite the fact that they were treated statistically as locals”.

movimentos emancipacionistas no Tanganyika após o fim da Segunda Guerra Mundial foi acompanhado de uma crescente rejeição à mobilização de categorias “tribais” em prol da defesa de identidades nacionais africanas (TEMBE, 2013). Foi em meio a esse contexto de efervescência política que Mwerevu Akisa externou sua indignação com a persistência do preconceito aplicado a macondes de Moçambique no Tanganyika independente na carta enviada ao jornal *Mwafrika*:

Eu vejo que o tempo de os africanos serem discriminados já acabou e eu sinto muito em dizer que há piadas que causam brigas e até mortes em alguns lugares porque macondes são chamados de *mawia*. Tem gente que nos chama de ‘macondes de hoje’. Quem são os ‘macondes do passado’, ou qual é a diferença entre ‘macondes da atualidade’ e os ‘macondes do passado’? Aqueles que nos chamam de ‘macondes de hoje’ claramente desconhecem a história. [...] Nós cidadãos de Moçambique somos macondes, e nem sequer o governo imperialista que está governando nosso país neste momento utiliza esse nome de *mawia* (AKISA, 1964).²⁰

Seu apelo direcionado àqueles que aplicavam o nome *mawia* enquanto “desconhecedores da história” pode ser interpretado como uma rejeição eloquente à pertinência dessa denominação no Tanganyika pós-colonial, pois o tratamento discriminatório a macondes de Moçambique não tinha mais cabimento histórico. Afinal, havia décadas que o comportamento belicista constitutivo do processo de etnogênese maconde não mais preponderava nas relações entre macondes e as sociedades vizinhas, tendo sido suplantado pelas mudanças realizadas em meio à intensa migração laboral, pela integração de moçambicanos na vida social e econômica do Tanganyika britânico e sua participação ativa nas lutas pelo fim do colonialismo europeu no continente africano.

O viés panafricanista presente no tipo de argumento mobilizado por Akisa acerca da existência de um só povo maconde foi curiosamente percebido anos antes por Jorge Dias, o antropólogo português célebre pela sua etnografia dos macondes de Moçambique, na ocasião de suas atividades de espionagem a serviço do governo colonial português. Ao relatar o perigo da subversividade anticolonial que emanava do lado britânico da fronteira, Dias nos fornece elementos para pensar como novas maneiras de se enxergar a identidade maconde estavam tomando força em meados do século XX:

[...] há também grupos de difusão islâmica muito mais suspeitos. Um deles surpreendi-o na aldeia Uanalinga do clan Wamuili, no régulado [sic] Mbavala. Reparei que uma mulher velha dessa aldeia usava uma *ndona* (espécie de batoque no lábio superior) de

²⁰ “Mimi naona wakati wa Waafrika kubaguana umepita na ninasikitika kusema kuna utani unaoleta ugomvi na hata mauji katika sehemu nyingine kwa sababu ya Wamakonde kuitwa Wamawia. Kuna wengine wanaita Wamakonde leo. Je, Wamakonde wa zamani ni nani au kuna tofauti gani kati ya Wamakonde wa sasa na wa zamani? Wale watuita Wamakonde wa leo ni wazi kuwa hawajui historia [...] Sisi wananchi wa Mozambique ni Wamakonde na hata serikali ya kibeberu inayotawala nchi hiyo sasa haitambui jina hilo la Wamawia”.

tipo diferente da dos macondes de Moçambique e semelhante à dos do Tanganica. Depois notei que alguns indivíduos novos não usavam tatuagem e, informam-me que parte deste clan veio do Tanganica ainda não há três anos. São maometanos, construíram uma mesquita e vivem aparentemente como os outros macondes. Meti conversa com um dos homens que usava *cofió* e consegui levá-lo para o problema de origem dos macondes e parentesco étnico entre os macondes do Tanganica e os de Moçambique. Na conversa o homem revelou nítida formação pan-africana. Disse que não havia diferença nenhuma entre uns grupos e outros! [...] Quando lhe perguntei porque é que uns usavam tatuagem e ‘ndona’, etc., e outros não, respondeu-me que todos os negros tinham usado essas coisas, e que aos poucos as iam perdendo (DIAS, 1958: p. 27, grifos no original).

Não é trivial que Dias tenha elencado a escarificação corporal e o uso do botoque ‘ndona’ para tentar demarcar a seu interlocutor a diferença entre os macondes do lado de lá e de cá do rio, de maneira notoriamente semelhante aos escritos de outros observadores coloniais. Uma argumentação similar figurou na resposta publicada no *Mwafrika* dias após a carta de Akisa, enviada por Musa Licheye:

Eu gostaria de responder ao Sr. Mwerevu Akisa de Mtwara que perguntou por que macondes são chamados de mawia. Sr. Akisa, já que você não sabe, os macondes são uma tribo de pessoas que são chamadas assim. Macondes são tanganhicanos e residem em Mtwara, Mikindani, Lindi e Newala. [...] Os chamados *mawia* são cidadãos de Moçambique. Em segundo lugar, os macondes não se tatuam mas usam o *ndonya*, e o *ndonya* dos macondes não é grande enquanto que o dos *mawia* é grande e preto. Eu também te informo que no Tanganyika não há discriminação racial ou étnica (LICHEYE, 1964, grifos acrescidos).²¹

Nas respostas que se seguiram à intervenção de Licheye, ressalta-se a dinâmica de se situar temporalmente a questão da denominação no sentido de enfatizar que ela não era mais cabível naquele momento histórico, como argumentou Twareni Mwanange sobre a época em que macondes de Moçambique começaram a cruzar a fronteira para o Tanganyika: “como naquele tempo eles não falavam suaíli, as pessoas então os chamavam de *mawia*. Mas tudo bem, se você quiser a palavra correta, a tribo de Moçambique se chama maconde onde hoje são chamados de macondes” (MWANANGE, 1964).²² Outro leitor que refutou a argumentação de Licheye ainda o convidou para encontrá-lo “no escritório da FRELIMO” [*katika ofisi ya Frelimo*] para tratar do assunto em maior detalhe (NAMKUTA, 1964). A menção à FRELIMO então sediada em Dar es Salaam, por sua vez, enseja o levantamento de outra enunciação bastante elucidativa do contexto

²¹ “Napenda nimjibu Bwana Mwerevu Akisa wa Mtwara, Bwana huyu aliuliza kwa nini Wamakonde waitwe Wamawia, Bw. Akisa, kama hujui, basi Wamakonde ni kabila la watu waitwao hivyo. Wamakonde ni Watanganyika nao ni wakaaji wa sehemu za Mtwara Mikindani Lindi na Newala. [...] Hao waitwao Wamawia ni wananchi wa Mozambiki. Jambo la pili nikuwa Wamakonde hawachanji, bali wanatoboa ndonya, na ndonya za Wamakonde si kubwa na hali za Wamawia ni kubwa na nyeusi. Pia nakujulisha kuwa Tanganyika hakuna ubaguzi wa makabila wala mataifa”.

²² “Wamakonde wao walivuka na kuingia katika Tanganyika na kwa kuwa wakati ule walikuwa hawajui Kiswahili basi ndipo watu wakawaita Wamawia, lakini basi ukitaka neno halisi la kabila Wamsumbiji wao huitwa Wamakonde, ambapo huku sasa wanaitwa Wamakonde”.

em que os leitores do jornal se rebelaram à denominação de *mawia*. Trata-se de uma frase do primeiro presidente do Tanganyika independente, Julius Nyerere, declarada no discurso comemorativo na ocasião da independência de Moçambique: “o maconde que vive ao norte do rio Rovuma não é diferente do maconde que vive ao sul do rio. Negar a liberdade para um é negar a liberdade para ambos” (NYERERE, 1975 *apud* KANUWA, 2003: p. 66).²³

3. Considerações finais

Apesar da dubiedade ao redor das diferenças perceptíveis entre macondes do Tanganyika e de Moçambique que transparece nas fontes coloniais, alemães e britânicos optaram por perpetuar a atribuição do termo *mawia* aos macondes de Moçambique. Este artigo argumentou que, ao compartilhar tácita ou explicitamente os preconceitos veiculados com o termo e inscrevê-lo em cadernos de viagem, etnografias, registros administrativos e recenseamentos, observadores europeus transformaram um termo pejorativo num etnônimo. Por outro lado, as enormes inconsistências demográficas presentes nos censos que aplicaram oficialmente a denominação *mawia* indicam a resistência dos milhares de macondes de Moçambique residentes no Tanganyika ao emprego do termo, enquanto que o debate no jornal *Mwafrika* nos revela como essa transformação foi ativamente contestada após a independência do Tanganyika em meio às lutas de libertação anticoloniais, num com texto em que seu descabimento histórico se tornou patente, e seu abandono, urgente.

Arquivos Consultados:

Bodleian Weston Library, Commonwealth and African Collections, University of Oxford. *Tanganyika provincial and district books, 1916-1961*. (RHO) Micr. Afr. 472, rolos nº. 15, 16 e 17.

Digitale Sammlung Deutscher Kolonialismus, Staats- und Universitätsbibliothek Bremen. Acessível em: <https://brema.suub.uni-bremen.de/dsdk>.

Hemeroteca da East Africana Collection, Wilbert Chagula Library, University of Dar es Salaam.

Referências Bibliográficas:

ADAMS, P. *Lindi und sein Hinterland*. Berlim: Dietrich Reimer, 1903.

AKISA, Mwerevu. *Kwa nini Wamakonde waitwe Wamawia?* Mwafrika, Dar es Salaam, 9 mar. 1964. Caderno Barua za Wasomaji.

ALPERS, Edward. “To Seek a Better Life: The Implications of Migration from Mozambique to Tanganyika for Class Formation and Political Behavior”. *Canadian Journal of African Studies/Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol. 18, No. 2, 1984, p. 367 – 388.

²³ “The Makonde who lives north of Ruvuma is not different from the Makonde who lives south of the river. A denial of freedom to one is denial of freedom to both”.

- ALPERS, Edward. "Trade, State, and Society among the Yao in the Nineteenth Century". *The Journal of African History*, Vol. 10, No. 3, 1969, p. 405 - 420.
- ALPERS, Edward. *Ivory and Slaves: Changing Patterns of International Trade in East Central Africa to the Later Nineteenth Century*. Los Angeles: University of California Press, 1975.
- BARNES, G. *Historical: Tribal Legends*. Mtwara (Mikindani) District Book, Vol. 1, 1931.
- BECKER, Felicitas. *Becoming Muslim in Mainland Tanzania, 1890-2000*. Oxford University Press, 2008.
- BEHR, Hugold F. von. "Die Völker zwischen Rufiyi und Rovuma". *Mitteilungen von Forschungsreisenden und Gelehrten aus den Deutschen Schutzgebieten*, Vol. 6, 1893, p. 69 - 87.
- COOPER, Frederick. *Colonialism in question: Theory, knowledge, history*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- DANCKELMAN, Freiherr von. "Reise von der Mbampa-Bai am Nyassa-See nach Kisswere am Indischen Ocean: Nach dem Tagebuche des Geologen Lieder". *Mitteilungen von Forschungsreisenden und Gelehrten aus den Deutschen Schutzgebieten*, Vol. 10, 1897, p. 95 - 141.
- DE L'ESTOILE, Benoît. "The past as it lives now: an anthropology of colonial legacies". *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, Vol. 16, No. 3, 2008, p. 267 - 279.
- DIAS, Jorge. *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português: Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958.
- DIAS, Jorge. *Os Macondes de Moçambique*. Vol. 1: Aspectos Históricos e Econômicos. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 1998.
- FRYER, W. *Tribal History and Legends: Makonde Tribe*. Mtwara (Lindi) District Book, Vol. 1, 1928.
- FÜLLEBORN, Friedrich. *Das Deutsche Njassa- und Ruwuma-Gebiet, Land und Leute, nebst über die Schire-Länder*. Berlin: Dietrich Reimer, 1906.
- GESCHIERE, Peter. *The Perils of Belonging: Autochtony, Citizenship, and Exclusion in Africa & Europe*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 2013.
- GILLMAN, H. *Bush Following on the Makonde Plateau*. Newala District Book, Vol. 1, 1945, p. 1-14.
- GONÇALVES, Ivan Sicca. *Comércio, política e trabalho nos sertões de Angola: sertanejos e centro-africanos nas páginas de António da Silva Porto (1841-1869)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2021.
- GUILLEBAUD, Claude. *An Economic Survey of the Sisal Industry of Tanganyika. (Second Revised Edition.)*. Welwyn: James Nisbet & Co., 1958.
- HARRIES, Lyndon. "An Outline of Mawiha Grammar". *Bantu Studies*, Vol. 14, No. 1, p. 91-146.
- HICKSON-MAHONY, R. S. *Tribal History and Legends: Makonde Tribe*. Mtwara (Mikindani) District Book, Vol. 1, 1928.
- ILIFFE, John. *A Modern History of Tanganyika*. Cambridge University Press, 1979.
- ISRAEL, Paolo. *In Step with the Times: Mapiko Masquerades from Mozambique*. Athens: Ohio University Press, 2014.

- JERRARD, R. C. *The Tribes of Tanganyika: Their Districts, usual Dietary and Pursuits*. Dar es Salaam: Government Printer, 1936.
- KANUWA, Juma Mabasa. *The Role Played by Tanzania in the Liberation Struggle of Southern Africa: The Case of Mozambique 1961 – 1974*. Dissertação (Mestrado em História), University of Dar es Salaam, 2003.
- KUPER, Adam. *The Reinvention of Primitive Society: Transformations of a Myth*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2ª Ed., 2005.
- LARANJEIRA, Mashinamu na Uhuru. *conexões entre a produção de arte makonde e a história política de Moçambique (1950-1974)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.
- LARGE, J. W. *Geographical Distribution: Makonde Matambwe Tribes*. Newala District Book, Vol. 3, s/d.
- LARGE, J. W. *Tribal History and Legends: Makonde Tribe*. Newala District Book, Vol. 1, 1928-1929.
- LICHEYE, Musa. *Wamakonde*. Mwafrica, Dar es Salaam, 13 mar. 1964. Caderno Barua za Wasomaji.
- LIEBENOW, J. Gus. *Colonial Rule and Political Development in Tanzania : The Case of the Makonde*. Evanston: Northwestern University Press, 1971.
- LIESEGANG, Gerhard. *Sobre as Origens e História dos Maconde (Makonde) de Moçambique*. Disponível em: <https://www.academia.edu/26940384>. Acesso em 10/03/2021.
- MAMDANI, Mahmood. *Define and Rule: Native as Political Identity*. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 2012.
- MAMDANI, Mahmood. *When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.
- MEDEIROS, Eduardo. *História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836 – 1929)*. Maputo: Central Imprensa, 1997.
- MWANANGE, Twareni. *Mawia si Kabila*. Mwafrica, Dar es Salaam, 27 mar. 1964. Caderno Barua za Wasomaji.
- NAMKUTA, J. P. *Mmakonde si Mmawiya*. Mwafrica, Dar es Salaam, 23 mar. 1964. Caderno Barua za Wasomaji.
- NASSOR, Muhammad H. *Guide to the Provincial (Regional) and District Commissioners' Annual Reports*. Dar es Salaam: Ministry of National Culture and Youth, National Archives Division, 1977.
- NEIL-TOMLINSON, Barry. "The Nyassa Chartered Company: 1891-1929". *The Journal of African History*, Vol. 18, No. 1, 1977, p. 109 – 128.
- O'CALLAGHAN, D. S. *Population: Census Figures 1948*. Lindi District Book, Vol. 2, 1950.
- O'NEILL, Henry. "Journey in the District West of Cape Delgado Bay, Sept.-Oct. 1882". *Proceedings of the Royal Geographical Society*, Vol. 5, No. 7, 1883, p. 393 – 404.
- ORDE-BROWNE, G. St. M. *Labour Conditions in East Africa*. Londres: His Majesty's Stationery Office, 1946.

- PALMER, Hilary; NEWITT, Malyn. *Northern Mozambique in the Nineteenth Century: The Travels and Explorations of H. E. O'Neill*. Boston: Brill, 2016.
- PAWLOWICZ, Matthew. "Competition and Ceramics on the East African Coast: Long-Term Perspectives on Nineteenth-Century History at the Swahili Port Town of Mikindani, Tanzania". *History in Africa*, 2015, doi:10.1017/hia.2015.11.
- PELS, Peter. "Global 'experts' and 'African' minds: Tanganyika anthropology as public and secret service, 1925-61". *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 2011, <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2011.01719.x>.
- PELS, Peter. "The Anthropology of Colonialism: Culture, History, and the Emergence of Western Governmentality". *Annual Review of Anthropology*, Vol. 26, 1997, p. 163-183.
- PEREIRA, Rui Mateus. *Conhecer para Dominar: O Desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural e Social), Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- ROSEIRO, António Henrique Rodrigues. *Símbolos e Práticas Culturais dos Makonde*. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Cultural), Universidade de Coimbra, 2013.
- SHEPPERSON, George. *David Livingstone and the Rovuma*. Edinburgh University Press, 1965.
- TAGUE, Joanna. *A War to Build the Nation: Mozambican Refugees, Rural Development, and State Sovereignty in Tanzania, 1964-1975*. Tese (Doutorado em História), University of California, Davis, 2012.
- TANGANYIKA TERRITORY. *Geographical Distribution*. Mtwara (Lindi) District Book, Vol. 1, s/d.
- TANGANYIKA. *African Census Report 1957*. Dar es Salaam: Government Printer, 1963.
- TANGANYIKA. *East African Population Census 1948*. Newala District Book, Vol. 2, 1948.
- TANGANYIKA. *Report of the Committee on Manpower*. Dar es Salaam: Government Printer, 1951.
- TEMBE, Joel das Neves. "Uhuru na Kazi: recapturing MANU nationalism through the archive". *Kronos*, Vol. 39, No. 1, 2013, p. 257-279.
- THIONG'O, Ngugi wa. *Globalectics: Theory and the Politics of Knowing*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2012.
- TURNBULL, A. M. D. *Geographical Distribution: Makonde Tribe*. Lindi Province Book, 1928b.
- TURNBULL, A. M. D. *Tribal History and Legends: Makonde Tribe*. Lindi Province Book, 1928a.
- WEST, Harry. "Villains, Victims, or Makonde in the Making? Reading the Explorer Henry O'Neill and Listening to the Headman Lishehe". *Ethnohistory*, No. 51, Vol. 1, 2004, p. 1-43.
- WEST, Harry. *Sorcery of construction and sorcery of ruin: Power and ambivalence on the Mueda plateau, Mozambique (1882-1994)*. Tese (Doutorado em Antropologia). University of Wisconsin, Madison, 1997.
- WEULE, Karl. *Wissenschaftliche Ergebnisse meiner Ethnographischen Forschungsreise in den Südosten Deutsch-Ostafrikas*. Berlim: Ernst Mittler und Sohn, 1908.

ZIMMERMAN, Andrew. “What Do You Really Want in German East Africa, Herr Professor? Counterinsurgency and the Science Effect in Colonial Tanzania”. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 48, No. 2, 2006, p. 419-461.

Sobre o autor:

Felipe Barradas Correia Castro Bastos: doutorando em História Social da África, Unicamp.

Artigo recebido para publicação em: 15 de março de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 22 de agosto de 2021.

Como citar:

BASTOS, Felipe Barradas Correia Castro. Dominação e denominação: o etnônimo pejorativo “mawia” e macondes de Moçambique em Tanganyika colonial. *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n.º. 22, 2021. pp. 78-99. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.58423

